

PLANO DE GOVERNO

Governador **Zequinha Marinho**

Vice **Rosiane Eguchi**



**É HORA DO PARÁ
VOLTAR A CRESCER**

PL – PSC – PATRIOTAS



Menos burocracia. Mais desenvolvimento.

O Estado precisa estar presente para, através dos instrumentos legais, destravar a economia de suas regiões de integração, criando um ambiente de negócios atrativo e seguro para empreendedores e investidores.

Uma sociedade que se guia pelo princípio da liberdade econômica, ambiente que floresce quando a máquina estatal é eficiente e desburocratizada, transforma cada cidadão em agente ativo do progresso no local onde vive.



A ideia central do Programa de Governo “**É hora do Pará voltar a Crescer**” é adotar políticas para acelerar a retomada a partir de 2023, de modo a recuperar o crescimento econômico, gerar empregos, atrair negócios e estimular a inovação e a competitividade do Pará, sem descuidar das políticas públicas que atendam os que mais precisam.

Além da transformação do Estado num ambiente de negócios, o plano também prevê ações para a garantia dos direitos fundamentais como moradia digna, educação de qualidade, segurança pública, saneamento básico, esporte cultura e lazer dentre outros sejam implementadas efetivamente.

Através do diálogo, da cooperação, da parceria e insistindo em uma agenda transformadora que promova uma gestão pública transparente e responsável, vamos conduzir o Pará a uma era de real desenvolvimento econômico e social, em que a máquina pública será parceira da sociedade.

Zequinha Marinho

Candidato ao Governo do Estado do Pará



Família, base da sociedade.

Aceitei o desafio de ser vice-governadora na chapa de Zequinha Marinho pelo seu comprometimento em implantar no Pará, políticas públicas efetivas voltadas às Mulheres.

Em parceria com o governo federal, municípios e demais instituições que compõe a Rede de Proteção a Mulher, assumo o compromisso de trabalhar na elaboração de ações que possibilitem ampliar as condições de autonomia das mulheres.



Precisamos romper com as condições de co-dependência, desigualdade e de subordinação, incentivando cada vez mais o empreendedorismo feminino pois ele colabora para a construção de uma sociedade mais justa, gerando oportunidades de liderança para as mulheres.

Assumir o próprio negócio é uma forma de empoderamento e ascensão, com o potencial de mudar a realidade das famílias pois é a família a base da sociedade (conforme art. 226, “caput” de nossa constituição).

Vamos todas juntas construir um Pará mais justo, com mais oportunidades, melhor qualidade de vida para todos os Paraenses.

Rosiane Eguchi

Candidata a Vice-governadora do Estado do Pará



SUMÁRIO

- 1 DIRETRIZES DO PLANO DE GOVERNO “É HORA DO PARÁ VOLTAR A CRESCER”, 05**
- 2 APRESENTAÇÃO, 06**
- 3 DIAGNÓSTICO DO ESTADO DO PARÁ, 07**
- 4 PROGRAMAS E PROPOSTAS, 08**
 - 4. 1 PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA: UMA VIDA DIGNA PARA TODOS OS PARAENSES, 08**
 - 4. 1. 1 EDUCAÇÃO, 08**
 - 4. 1. 2 SAÚDE, 10**
 - 4. 1. 3 SEGURANÇA PÚBLICA, 12**
 - 4. 1. 4 MEIO AMBIENTE, 17**
 - 4. 1. 5 SANEAMENTO BÁSICO, 18**
 - 4. 1. 6 HABITAÇÃO, 19**
 - 4. 1. 7 MOBILIDADE URBANA, 19**
 - 4. 1. 8 PROTEÇÃO SOCIAL, 20**
 - 4. 1. 9 DIREITOS HUMANOS, 21**
 - 4. 1. 10 CULTURA, 22**
 - 4. 1. 11 TURISMO, 22**
 - 4. 1. 12 ESPORTE, 22**
 - 4. 1. 13 LAZER, 23**
 - 4. 2 PROGRAMA LIBERDADE ECONÔMICA E OPORTUNIDADE PARA TODOS OS PARAENSES, 24**
 - 4. 2. 1 EMPREGO, TRABALHO E RENDA, 24**
 - 4. 2. 2 INOVAÇÃO, 25**
 - 4. 2. 3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 26**
 - 4. 2. 4 DESENVOLVIMENTO REGIONALMENTE EQUILIBRADO, 26**
 - 4. 2. 5 TEMA DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL, 27**
 - 4. 2. 6 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, 29**
 - 4. 3 PROGRAMA CIDADES E SOLUÇÕES - CAPACIDADE DE GERAR RESULTADOS LOCAIS EM PARCERIA COM PREFEITURAS E COMUNIDADES, 30**
 - 4. 3. 1 GESTÃO PARCEIRA, MODERNA E INOVADORA, 30**
 - 4. 3. 2 ÉTICA E TRANSPARÊNCIA, 31**
 - 4. 3. 3 RESPONSABILIDADE FISCAL, 32**



1. DIRETRIZES DO PLANO DE GOVERNO “É HORA DO PARÁ VOLTAR A CRESCER”.

As diretrizes norteadoras do Plano de Governo “É hora do Pará Voltar a Crescer” baseiam-se nas recomendações da “Carta Brasileira para Cidades Inteligentes”, uma parceria entre os Governos do Brasil e da Alemanha que envolveu esforços dos governos estaduais e municipais, sociedade civil, setor privado e academia.

O resultado foi um documento que permite aos Governantes formularem políticas públicas orientadas para a transformação digital, com foco na sustentabilidade e inclusão. As diretrizes recomendadas são:

1.1 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Agir conforme a perspectiva de desenvolvimento urbano sustentável que está na legislação, nas políticas brasileiras e em acordos internacionais.

1.2 CONSTRUIR RESPOSTAS PARA OS PROBLEMAS LOCAIS

Avaliar e promover ações levando em conta o potencial de cada cidade em responder aos desafios locais.

1.3 PROMOVER EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

Impulsionar e promover ações que estimulem a formação cidadã e o letramento digital, de forma contínua. As ações devem atender pessoas de todas as idades, gêneros, raças e classes sociais, fortalecendo a sua autonomia.

1.4 ESTIMULAR O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO

Estimular e garantir o envolvimento de pessoas de todas as idades, gêneros, raças e classes sociais e dos coletivos locais, inclusive povos e comunidades tradicionais.

1.5 COLABORAR E ESTABELECE PARCERIAS

Realizar ações de cooperação entre setores público, privado, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa.

1.6 DECIDIR COM BASE EM EVIDÊNCIAS

Usar dados e sistemas de forma responsável, transparente e compartilhada.



2. APRESENTAÇÃO

O Plano de Governo “**É hora do Pará voltar a crescer**” propõe um caminho para o crescimento econômico sustentado e inclusivo, baseado na parceria entre Estado, Municípios, Empresários, Terceiro Setor e Sociedade.

Entendemos que trabalhar de forma conjunta é o fator essencial para implementar as reformas que o Pará necessita para a construção de um futuro próspero.

Na elaboração deste documento foram considerados, além das informações disponíveis nos mais diversos bancos de dados, demandas e sugestões acumuladas nas caminhadas junto com o povo (realizadas em todas as regiões do Estado), os principais indicadores de desempenho da administração estadual e o diagnóstico social, político e econômico de cada cidade do Pará.

A partir desta base, especialistas nas mais diversas áreas foram consultados gerando este documento que discorre sobre as principais propostas de nosso governo para o período de 2023 – 2026.

O documento divide-se em 3 programas:

QUALIDADE DE VIDA - UMA VIDA DIGNA PARA TODOS OS PARAENSES;

LIBERDADE ECONÔMICA E OPORTUNIDADE PARA TODOS OS PARAENSES; e

CIDADES E SOLUÇÕES - CAPACIDADE DE GERAR RESULTADOS SUSTENTÁVEIS LOCAIS EM PARCERIA COM PREFEITURAS E COMUNIDADES.

Os programas foram desdobrados em 22 temas e as soluções e propostas apresentadas são ancoradas no respeito ao cidadão, proteção da família e na Liberdade Econômica, pilares dos estatutos dos partidos que compõe a frente pró Zequinha Marinho.

Temas como **Educação; Saúde; Segurança Pública; Meio Ambiente; Saneamento Básico; Habitação; Mobilidade Urbana; Proteção Social; Direitos Humanos; Cultura; Turismo; Esporte; Lazer; Emprego; Trabalho e Renda; Ciência, Tecnologia e Inovação; Educação Profissional; Desenvolvimento Regionalmente Equilibrado; Desenvolvimento Agrícola Sustentável; Infraestrutura e Logística; Gestão Parceira, Moderna e Inovadora; Ética e Transparência e Responsabilidade Fiscal** foram debatidos por especialistas das áreas para a geração de propostas exequíveis capazes de produzir resultados efetivos.

Definitivamente será difícil, mas não impossível. Há muito é passada a hora de converter em realidade as eternas expectativas de um futuro grandioso para nosso Estado, qual seja, a consolidação de um Pará competitivo, moderno, socialmente justo e capaz de oferecer uma qualidade de vida exemplar à sua população.



3. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DO PARÁ

O respeitado Centro de Liderança Pública – CLP, uma organização que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil, há 12 anos publica o “Ranking de Competitividade dos Estados” e o “Ranking ESG e ODS/ONU de Sustentabilidade dos Estados”.

Essas publicações têm como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, acerca da eficiência e zelo da máquina pública.

São pesquisados os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (ODS), e como são trabalhados pelos Estados em dez pilares da administração pública, tais como: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Nos últimos 2 anos o desempenho do Pará tem sido preocupante: nos dez pilares do ranking de competitividade, o Pará apareceu entre os 5 piores em metade deles.

Quando analisamos nosso desempenho levando em conta apenas os ODS o desafio é ainda maior, em 40% deles ficamos entre os 3 piores desempenhos, com destaque negativo para o ODS 4 “Educação de Qualidade” onde o Pará aparece em último lugar, posição essa ratificada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB que indica o Pará como pior Educação básica dentre os 27 Estados da Federação.

Um outro fator que devemos atentar é para o Relatório TCE 2022. Apesar do setor produtivo ter feito sua parte fazendo com que o PIB do Estado crescesse representando agora 42,43% do PIB de toda a Região Norte, os benefícios do aumento da arrecadação não foram traduzidos em melhoria de qualidade de vida para a população uma vez que segundo o Tribunal de Contas do Estado:

Houve queda na Expectativa de vida dos paraenses em 1,83 ano;

O Rendimento mensal dos trabalhadores paraenses é de R\$ 1.709,00 sendo a média da Região Norte R\$ 1.906,00 e do Brasil R\$ 2.519,00;

67,03% da população do Marajó vive abaixo da linha da pobreza;

Domicílios com água em rede Geral houve queda de 50,06% para 49,05% .

Analisando o relatório do TCE/PA podemos concluir que a má gestão é a grande responsável pelos péssimos resultados uma vez que:

Do total de compromissos do PPA apenas 18% foram concluídos;

Das 24 ações do programa Educação Básica, apenas 1 alcançou a meta estabelecida;

Das 30 ações do programa SAÚDE apenas 2 atingiram o Programado sendo 87,36% dos recursos que já foram consumidos;

O Endividamento do Estado elevou a dívida consolidada líquida de R\$ 2,3 bilhões (2020) para 4,2 bilhões (2021) representando um acréscimo de 179,40% em termos absolutos;

O Déficit previdenciário R\$ 3,2 bi e atuarial de 11,2 bi ameaçarão os direitos dos servidores públicos estaduais;



Orçamento Previsto para a seguridade social é de 3,9 bilhões enquanto a despesa é de R\$ 9,4 bi significando que cada vez o Estado precisa injetar mais recursos na seguridade.

4. PROGRAMAS E PROPOSTAS

O planejamento da gestão pública deve ter programas com propostas claras, objetivas e com resultados efetivo para as pessoas. São essas propostas que nortearão a priorização dos projetos a executar, privilegiando a busca da eficiência, em lugar da opção por critérios de caráter circunstancial ou meramente eleitoral. Relacionamos, abaixo, os programas e suas respectivas propostas que irão orientar os debates ao longo de todo o processo de construção do trabalho para um novo mandato de Zequinha Marinho.

4.1 PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA: UMA VIDA DIGNA PARA TODOS OS PARAENSES

O mundo de hoje enfrenta o desafio de gerar e distribuir os benefícios e as oportunidades que vêm com o crescimento econômico das cidades. Só assim será possível garantir qualidade de vida a todas as pessoas que vivem e precisam do meio urbano e rural. Nesse contexto, entende-se que os governos têm um papel decisivo na mobilização pelo desenvolvimento sustentável, que alcance todos.

Segundo a Organização das Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que procura atender as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

As propostas desse programa vão ao encontro dessa orientação pois tem como objetivos solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todos os paraenses.

Este programa desdobra-se em 13 temas e para cada tema destacamos os problemas e as propostas para a solução.

4.1.1 EDUCAÇÃO

Situação atual

- Último colocado entre os Estados brasileiros no ODS 4 (ONU) – Educação de qualidade. (<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>);
- Último colocado entre os Estados brasileiros no IDEB. (<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>);
- O Pará está no nível mais elevado de abandono escolar entre jovens na faixa de 16 e 17 anos (<https://novo.qedu.org.br>);
- Estudantes com os menores índices de aprendizagem em português (menos de 50%) e matemática (menos de 25%) do Brasil (<https://novo.qedu.org.br>);
- O Pará é o Estado que mais reprova estudantes no Brasil (<https://novo.qedu.org.br>);
- Mais da metade das escolas paraenses está impedida de receber repasses federais por conta de inadimplência (<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/01/11/sem-prestar-contas-escolas-do-para-tiveram-r-37-milhoes-de-recursos-bloqueados-pelo-fnde-em-2021.ghtml>);



- Relatório do TCM (2021/2022) sobre a educação no Pará aponta “geração sem alfabetização” com alunos do 4º ano incapazes de escrever uma frase inteira (Folha de São Paulo: Relatório aponta geração sem alfabetização e retrato escolar dramático em região do Pará – Atricon).

Propostas

- Alinhar a Educação básica a vocação econômica do Estado;
- Capacitar para o mercado de trabalho nas cadeias produtivas do Estado;
- Incentivar a formação empreendedora a partir do 6º ano do ensino fundamental;
- Incentivar a formação tecnológica dos jovens rurais, por meio do apoio técnico e financeiro à rede de escolas;
- Implementar formação para os educadores nas áreas definidas pelas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
- Incentivar a participação dos pais nas atividades escolares, garantindo o elo entre a escola, a família e a comunidade;
- Promover um amplo debate sobre a nova Base Nacional Comum Curricular do Governo Federal e o plano estadual de educação e seus reflexos no desenvolvimento social e econômico;
- Ampliar a oferta de ensino de línguas e de oportunidades de intercâmbio profissional para estudantes e profissionais da educação;
- Criar Programa de Bolsa para estudantes, priorizando a população de baixa renda;
- Implantar Programa Educacional de Resistência às Drogas nas escolas públicas estaduais;
- Realizar parceria da Educação com o Polícia Militar para a estruturação da patrulha escolar;
- Implementar ações especiais visando facilitar o acesso e permanência, bem como a melhoria do desempenho de crianças e adolescentes da população negra, indígena e demais grupos sociais em todos os níveis da formação escolar, considerando as modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial;
- Assessorar os conselhos escolares para regularização de Contas para o recebimento dos recursos federais repesados;
- Criar a secretaria adjunta de educação superior para reger a integração e planejamento das IES Estaduais do Pará, garantindo a Educação Superior em todas as regiões de integração;
- Investir em reformas, infraestrutura, sinal de internet, laboratórios e aquisição de mobiliário e equipamentos para as escolas da Rede;
- Promover formação continuada aos professores, em todos os níveis, com ênfase na pedagogia de projetos e no uso de tecnologias interativas;
- Realizar concurso público, a fim de suprir necessidade de profissionais da educação evitando queda na qualidade do ensino na Rede;
- Criar sistema de ensino que privilegie a regionalização do ensino em linha com as 12 Regiões de Integração, para atender os camponeses, quilombolas, indígenas e ribeirinhos;
- Implantar o programa “Meu Projeto de Vida” na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de sua integração efetiva com ações de profissionalização



(capacitação para o trabalho), inserção socioprofissional (intermediação para o emprego) e do reconhecimento de saberes e competências na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida (foco na história pessoal e no projeto de vida do cidadão);

- Fortalecer e ampliar a escola em tempo integral, garantindo a participação dos profissionais da educação e das comunidades no aprimoramento dessa importante política pública;
- Implementar uma educação inovadora, com foco na inclusão e no empreendedorismo, preconizando: Inclusão digital em todas as escolas estaduais, por meio de programas para diferentes realidades do Estado;
- Disponibilizar recursos educacionais digitais para redes e escolas da educação básica, por meio de plataforma integrada, que incentivará o compartilhamento entre as redes de ensino dos recursos já disponíveis e fomentará o desenvolvimento de novos conteúdos digitais, visando à implementação da Base Nacional Comum Curricular;
- Disponibilizar reforço escolar para recuperar a defasagem na aprendizagem originada pela pandemia;
- Investir na formação de educadores para o atendimento de todo e qualquer estudante com deficiência;
- Garantir transporte acessível para estudantes com deficiência, facilitando o acesso à escola em horário regular bem como ao atendimento educacional especializado (AEE) em dias e horários pré-determinados.

4.1.2 SAÚDE

Situação atual

- Penúltimo colocado entre os Estados brasileiros no ODS 3 (ONU) – Saúde e Bem-estar. (<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>);
- Mesmo recebendo quase 1, 7 bilhões só para combate ao Covid, o Estado do Pará é o primeiro colocado em mortes pelo Coronavírus na Região Norte: AC 2.009, AP 2.149; AM 14.195; PA 18.491; RO 7.273; RR 2.154; TO 4.172
- (Fonte: JHU CSSE COVID-19 Data e <https://www.portaltransparencia.gov.br/coronavirus?ano=2020>)
- Do recurso recebido 1,2 bi estão sob investigação por suspeita de desvio (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/08/covid-19-cgu-pf-e-rfb-combatem-desvio-de-recursos-da-saude-no-para>);
- Evolução da taxa de mortalidade materna no Estado de 76,20 em 2018 para 114,61 em 2021 (<https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2021/tabelas/social/5.5-saude/tab-5.5.3-taxa-de-mortalidade-materna-2016-a-2020.htm>);
- Taxa de Mortalidade infantil de 15,05 sendo que em Santa Cruz do Arari no Marajó chega a 52,63 (<https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2021>).

Propostas

- Criar o Programa “Saúde Melhor” aumentando a oferta de serviços de saúde (leitos hospitalares e de UTI, equipamentos tecnológicos de última geração para a realização de exames e diagnósticos etc.);
- Investir prioritariamente em saúde preventiva;



- Investir em programas de prevenção a saúde da mulher;
- Investir pesado no combate a mortalidade materna e infantil;
- Tornar a Atenção Básica mais resolutiva pois pesquisas mostram que ela é capaz de tratar cerca de 80% dos problemas de saúde da população;
- Melhorar a Regulação em Saúde para acabar com as filas que são o principal determinante de satisfação dos usuários do SUS, e podem ser resolvidas com um conjunto de práticas de gestão e melhora de processos, ampliando o acesso à saúde e o bem estar da população;
- Aumentar a cobertura de Atenção Básica fundamental para garantir o acesso ao sistema em componentes estruturantes, como a saúde materna e infantil e o manejo das doenças crônicas;
- Realizar contratações de insumos e prestadores orientadas a resultados em saúde: desenhar modelos contratuais ancorados na saúde da população e construir capacidade regulatória para fazer mais com menos;
- Organizar carteiras de serviços, medicamentos e práticas na Atenção Básica, estabelecendo os serviços, medicamentos e práticas em parceria com os municípios;
- Treinar, capacitar e motivar a força de trabalho da saúde para melhorar as práticas durante todo o ciclo da vida dos profissionais de saúde;
- Construir uma estratégia de monitoramento efetiva com um conjunto mínimo de dados com identificador único de usuário, melhorando a coleta, análise e tomada de decisão baseada em evidências, possibilitando uma cultura de aprendizagem da ponta à alta gestão;
- Criar capacidade epidemiológica para o enfrentamento das principais causas de morbidade, com a construção de capacidade epidemiológica reduzindo a transmissão de doenças infecciosas e garantindo que as políticas de assistência e a promoção estejam ancoradas nos principais desafios de saúde da população;
- Garantir equidade no acesso ao direito à saúde e cocriar o sistema com o usuário do SUS como o mais importante avaliador;
- Instituir política de Promoção de Saúde com foco em “tratar a saúde e não a doença” com ênfase em medidas de promoção de saúde garantam uma população mais saudável, com menos incidência de fatores de risco, e assim de todos os itens da carga de doenças.
- Implantar serviços de média complexidade, regionalmente distribuídos, e aperfeiçoar a qualidade do atendimento;
- Fortalecer os serviços de urgência e emergência, que têm no SAMU-192 um dos principais pilares de sustentação;
- Adequar às estruturas físicas de nossa rede própria ofertando melhores condições de trabalho aos servidores da saúde e um melhor acolhimento aos pacientes;
- Ampliar a oferta de leitos hospitalares e qualificação do cuidado assistencial em toda a rede de saúde própria, contratada pelo SUS e Entidades Filantrópicas, incluindo construção, reforma e ampliação de unidades;
- Implantar o Serviço Móvel de Apoio Diagnóstico Especializado;
- Criar o serviço estadual de Home Care de alta e média complexidade;
- Implantar o Programa Saúde da Pessoa Idosa – com atendimento diferenciado nos três níveis de atenção à saúde das pessoas idosas;



- Estruturar o Serviço de Telemedicina no âmbito da rede estadual e apoiar o uso desta tecnologia na rede básica dos municípios;
- Incentivar programas de cooperação e melhoria da gestão municipal de saúde;
- Incorporar o uso de inovação e de medicina de alta tecnologia no sistema estadual de saúde;
- Implantar parcerias com as instituições de ensino para qualificar a formação de alunos e aperfeiçoar profissionais da rede estadual de saúde;
- Promover o uso de tecnologias para facilitar o acesso aos serviços de saúde: agendamentos online (consulta, vacinas, prontuário eletrônico);
- Promover estudos e pesquisas vinculados a saúde da população LGBT, Indígena e quilombola que permitam obter indicadores de suas condições sociais e de saúde, com vistas à fundamentação da construção de políticas públicas específicas;
- Fortalecer a política de Saúde Mental;
- Fortalecer a Vigilância em Saúde e atuar em parceria com os municípios nas ações de combate a endemias, bloqueios e cobertura vacinal;
- Discutir estratégias de melhorias da qualidade de vida e trabalho dos ACS's através de incentivo estadual aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias.

4.1.3 SEGURANÇA PÚBLICA

Situação Atual

- Último colocado entre os 27 Estados no ODS/ONU 11 – Cidades e comunidades sustentáveis - Segurança patrimonial e Serviços urbanos (<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>);
- Sete das 13 cidades mais violentas da Amazônia são no Pará (Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022);
- O Pará responde por quase metade das Mortes Violentas Intencionais (46%) da Região Norte (Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022);
- Homicídios de mulheres e feminicídios em 2021 vitimaram 245 mulheres no Pará o que representa mais de 40% de todos os casos da região Norte (Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022).

Propostas

- Reduzir em 40% a criminalidade no Estado;
- Instituir programa específico de habitação para os servidores da segurança pública;
- Realizar o realinhamento e o reescalonamento dos cargos de todos os integrantes da carreira da Polícia Militar do Estado;
- Implementar estrutura de governança ligada diretamente ao governador para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Segurança Pública do Estado;
- Implementar estrutura responsável pela articulação com os municípios para o fomento de ações prioritárias que envolvam competências municipais, sobretudo no que se refere a políticas focalizadas de prevenção da violência;
- Implementar estrutura responsável pela articulação com a União para a elaboração de ações prioritárias que envolvam competências da esfera federal,



sobretudo no que se refere (i) à agenda de formação e capacitação das forças policiais; (ii) ao enfrentamento do crime organizado no estado e (iii) ao combate do tráfico de armas, explosivos e munições;

- Fortalecer Sistema de Gestão por Resultados com (i) definição de metas sistêmicas e de metas específicas para as diferentes regiões do estado em indicadores de resultado e (ii) criação de incentivos para além de gratificação pecuniária;
- 1.5. Fortalecer o Instituto de Segurança Pública por meio da garantia de quadros e do incremento de previsão orçamentária;
- Definir campos mínimos para a criação de ferramenta de informação compartilhada entre os órgãos de segurança e justiça criminal, com foco na agenda da redução de letalidade violenta e combate ao crime organizado;
- Definir protocolos e processos de elaboração e divulgação das taxas de elucidação, esclarecimento e condenação de crimes contra a vida nas etapas policial, de denúncia do Ministério Público e judicial;
- Estruturar painel de gerenciamento para subsidiar a definição, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Estadual;
- Fortalecer espaços de participação (Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará, Conselhos Comunitários de Segurança, Conselho da Comunidade, Conselho Estadual Penitenciário) como mecanismos de acompanhamento da implementação do Plano Estadual integrados à estrutura de governança;
- Consolidar as Ouvidorias dos diferentes organismos de segurança pública e justiça criminal por meio da: (i) definição do mandato, (ii) processo de eleição, (iii) sistematização de dados de atendimento e encaminhamentos, (iv) estruturação de fluxos de informação para órgãos correicionais e não correicionais;
- Implementar ações com foco na redução da evasão escolar no Ensino Fundamental II e Ensino Médio nos territórios mais afetados pela letalidade violenta, incluindo estratégias de busca ativa, acompanhamento e retenção escolar;
- Implementar programas de tutoria e fomento à liderança e ao protagonismo juvenil, com foco nas áreas mais afetadas pela letalidade violenta, a partir da articulação das secretarias estaduais de Educação, Cultura, Assistência Social e Direitos Humanos e Esporte;
- Estabelecer programas de reinserção educacional e profissional de jovens e adolescentes que participaram de atividades criminais;
- Estruturar iniciativas para redução da distorção idade/série e para oferta de qualificação profissional nas unidades de internação provisória e de privação de liberdade;
- Oferecer apoio técnico aos municípios para o fortalecimento do acompanhamento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Fortalecer as ações de Erradicação do sub registro para a regularização da situação documental de presos e egressos do sistema penitenciário, incluindo identidade, título de eleitor e carteira de trabalho;
- Expandir programas de educação e capacitação profissional com envolvimento da iniciativa privada e fomento para criação de novas cooperativas;



- Ampliar os programas de oferta de trabalho para presos e egressos, no setor público e em parceria com o setor privado;
- Fortalecer o gerenciamento do trabalho intra e extramuros dos apenados;
- Estruturar Patrulha Maria da Penha em cooperação com as Guardas Municipais;
- Fortalecer a atuação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), dos Núcleos de Atendimento às Mulheres (NUAM) e demais delegacias, e sua articulação com MP e Judiciário, assegurando a celeridade do fluxo das denúncias e a execução das medidas protetivas de urgência;
- Promover a capacitação de policiais militares e civis no acolhimento da mulher em situação de violência;
- Fortalecer, em parceria com os municípios, o sistema de encaminhamento, acolhimento e assistência de mulheres em situação de violência;
- Fomentar parcerias com municípios e organizações da sociedade civil para a implementação de programas de educação e responsabilização de homens agressores;
- Dar apoio técnico aos municípios e consórcios municipais para a implementação de programas de prevenção voltados para territórios e populações mais afetados pela violência. Entre eles, destacam-se a criação dos programas (i) de proteção da primeira infância, (ii) de recuperação, ocupação, ordenamento e revitalização de espaços urbanos e (iii) de regularização fundiária sustentável;
- Dar apoio técnico para o estabelecimento de programa de mediação comunitária de conflitos, incluindo (i) formação de mediadores comunitários nos territórios mais afetados pela violência e (ii) criação de polos territoriais como Casa de Direitos e Justiça Comunitária, articulando acesso à justiça e assistência social;
- Integrar sistemas de análise criminal e controle operacional, incluindo ferramenta de análise criminal, bases de dados de controle operacional e dados informatizados da PMPA;
- Priorizar aquisição de tecnologias que possam ser integradas ou aperfeiçoar os sistemas já disponibilizados às polícias e à Secretaria;
- Reaparelhar a área de Tecnologia da Informação da PMPA;
- Consolidar análise criminal para embasar o policiamento orientado para manchas criminais, minimizando a orientação reativa;
- Fortalecer a atuação territorializada das companhias dos batalhões da PMPA;
- Estabelecer protocolos de atuação conjunta entre Polícia Militar e Guardas Municipais;
- Fortalecer prática de análise de risco operacional para avaliação de emprego do uso da força;
- Definir indicadores e periodicidade para avaliação de desempenho de delegacias e unidades especializadas, assim como de batalhões e companhias, de maneira alinhada com o Sistema de Gestão por Resultados, levando em conta inquéritos relatados e concluídos, mandados cumpridos, coeficiente entre crimes denunciados e prisões realizadas;
- Implementar reformulação dos currículos do Curso de Formação de Soldados (CFSd), Curso Especial de Formação de Cabos (CEFC), Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS) e Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAES);
- Estruturar programa de formação continuada para PCPA e PMPA;
- Estruturar programas de aperfeiçoamento em técnicas investigativas da PCPA;



- Realocar policiais para atividade fim por meio da redução das atividades administrativas e da incorporação de profissionais de gestão pública às unidades policiais, com garantia de recomposição mínima de efetivo;
- Revisar estruturas de escala de serviço com foco na maior efetividade do trabalho policial e das remunerações;
- Definir critérios objetivos para movimentação e planos de progressão de carreira, incorporando coeficientes de formação, desempenho e tempo de carreira;
- Fortalecer serviços de atenção à saúde física e mental, incluindo prevenção do uso abusivo ou problemático de drogas, das forças policiais;
- Realizar exame toxicológico periódico para orientação e encaminhamento para tratamento adequado;
- Dotar unidades policiais com infraestrutura adequada de TI voltada para o policiamento inteligente;
- Dotar efetivos e unidades móveis com ferramentas TI adequadas às atividades operacionais;
- Assegurar um plano de aquisição, manutenção e modernização de viaturas, armamentos e materiais de proteção individual;
- Sistematizar procedimentos operacionais padrão, protocolos e rotinas, incorporando conhecimento derivado da experiência profissional dos agentes;
- Sistematizar dados sobre operações policiais, incluindo objetivo, número de policiais empregados, recursos utilizados e resultados gerados;
- Aperfeiçoar os sistemas de controle do material bélico das forças de segurança;
- Realizar avaliações periódicas de aptidão física, aptidão psicológica e aptidão técnica dos agentes;
- Realizar acompanhamento médico e psicológico dos agentes;
- Definir protocolo de acompanhamento para policiais que se envolvem em confronto, incluindo mecanismo para aferição de condições de retorno para operação;
- Ampliar a estrutura e do modelo de investigação das delegacias de homicídios para todo o estado;
- Articular expansão das infraestruturas municipais para certificação de óbito;
- Investir na infraestrutura de unidades e órgãos periciais;
- Racionalizar fluxos e atuação da polícia técnico-científica nos diferentes postos e institutos no estado;
- Criar protocolo de troca de informação dos sistemas automatizados de identificação de impressões digitais entre estados;
- Padronizar modelos e aperfeiçoar preenchimento dos laudos periciais, permitindo sua rápida sistematização e melhoria no controle de prazos;
- Padronizar campos de identificação de circunstância de crimes violentos letais para melhor sistematização e entendimento sobre motivação;
- Estruturar, em cooperação com MPPA, força-tarefa de inteligência integrando representantes de SEGUP, PCPA, PMPA, SEAP e Superintendência da Polícia Federal;
- Criar protocolos de troca de informação entre os órgãos;
- Atualizar e implementar Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;



- Inserir em contratos de provedoras de telefonia a contrapartida social de instalar bloqueadores de celular compatíveis com tecnologia atual de telefonia móvel, em acordo com o disposto no Artigo 40 da Lei 10792/2003;
- Propor e apoiar a aprovação de legislação estadual que regule a instalação e utilização de telefones públicos monitorados dentro de presídios, para uso dos internos;
- Instalar e fazer a manutenção de scanners e equipamentos de raio-x na entrada de presídios;
- Adotar política de monitoramento de vídeo nas unidades prisionais e implementar central de comando e controle;
- Revisar os critérios da aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) com foco nas lideranças do crime organizado;
- Orientar alocação de presos nas unidades de acordo com metas de ocupação e ociosidade, a serem monitoradas e repactuadas periodicamente;
- Sistematizar e ampliar o acesso de pessoas presas a oportunidades de trabalho e de capacitação extra e intramuros;
- Instalar e fortalecer uma política estadual de apoio a egressos do sistema penitenciário voltada à redução de reincidência;
- Garantir as condições de aplicação e monitoramento das penas e medidas alternativas por meio da implementação da Central de Penas e de Medidas Alternativas;
- Regulamentar penas ou medidas alternativas de prestação pecuniária, priorizando as iniciativas públicas ou privadas que atuem diretamente na execução penal, apoio à ressocialização de presos e egressos e assistência a vítimas;
- Ampliar unidades e fortalecer atuação do Patronato na (i) orientação dos condenados à pena restritiva de direitos, (ii) fiscalização do cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e (iii) apoio à fiscalização do cumprimento da suspensão condicional da pena, da execução das penas alternativas e do livramento condicional;
- Viabilizar a implementação de cozinhas industriais nas unidades prisionais e a capacitação de apenados para o fornecimento de refeições;
- Fortalecer serviço comunitário para a recuperação de infraestrutura prisional;
- Realizar censos periódicos sobre perfil dos apenados(as);
- Aprimorar gestão de informação da população atendida pelo sistema penitenciário;
- Inserir em editais de aquisição de munições a obrigatoriedade de limite máximo de 1.000 munições por lote, com mesma numeração gravada no culote dos estojos;
- Inserir em editais de aquisição de armas de fogo a obrigatoriedade de colocação de dispositivo eletrônico de identificação (chip) contendo: (i) identificação do fabricante; (ii) o número de identificação do cano da arma; (iii) o ano de fabricação; (iv) o número de série; (v) a cadeia dominial, órgão ou agência pública a que a arma está vinculada;
- Inserir em editais de aquisição de armas de fogo a obrigatoriedade de fornecimento das características das impressões de raiamento e microestriamento do projétil disparado;



- Estruturar base compartilhada com dados-chave para a atuação dos órgãos de inteligência e investigação de desvios e tráfico de armas, munições e explosivos;
- Fortalecer articulação da PCPA, PF e PRF para investigação e operações de repressão ao tráfico de armas e munições;
- Implementar protocolos do fluxo de custódia e destruição de armas e munições apreendidas e entregues;
- Criar sistema de registro de Número de Identificação de Arma de Fogo (NIAF) para identificação de armas apreendidas ou entregues voluntariamente;
- Definir procedimento de fixação de lacre de segurança contendo o NIAF nas armas de fogo apreendida ou entregue voluntariamente;
- Articular Superintendência da Polícia Federal, MP e PCPA para a sistematização e investigação de extravios, furtos e roubos de armas e munições de empresas de segurança privada;
- Fortalecer articulação entre MPPA e Conselho de Controle de Atividades financeiras (COAF) para verificação da eventual ocorrência de operações financeiras atípicas em nome de policiais e agentes penitenciários sob investigação de crimes ou atos de improbidade, com o objetivo de verificar eventual enriquecimento ilícito ou evolução patrimonial incompatível com os rendimentos declarados;
- Produzir informações sistematizadas e relatórios periódicos de atividades, com apresentação de dados sobre o perfil, distribuição geográfica e encaminhamento das denúncias acolhidas, considerações sobre prestação de serviço e atendimento pelos agentes públicos.

4.1.4 MEIO AMBIENTE

Situação atual

- De acordo com o respeitado Centro de Lideranças Públicas, o Pará é apenas o 21º Estado do Brasil no Ranking de excelência em Sustentabilidade Ambiental. (<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>)

Propostas

- Aumentar a capacidade de resposta dos órgãos ambientais para agilizar os processos de licenciamento ambiental e outorga para o uso de recursos hídricos;
- Utilizar abordagem de planejamento, com bases técnicas e científicas, e desenvolver políticas públicas que considerem o bem-estar das pessoas e do ambiente;
- Desenvolver programas com orientação para o manejo adequado do solo e fomento a implantação de arranjos produtivos, a exemplo de sistemas agroflorestais e agroecológicos, que melhorem a renda, a função ambiental e a produção de água;
- Consolidar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos por meio da implementação de seus instrumentos de gestão e do fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- Fomentar e gerir a infraestrutura hídrica por meio da construção e gestão de barragens e reservatórios para contribuir para a segurança hídrica;



- Fortalecer o Programa Reflorestar e Modernizar o mecanismo de pagamento por serviços ambientais como forma de induzir à recuperação de ecossistemas frágeis e a recuperação de áreas degradadas;
- Implementar programas de mitigação às emissões de gases de efeito estufa (industrial, geração de energia e sequestro de GEE nas florestas e na agricultura e pecuária) e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, em especial cuidado com os eventos extremos (secas e inundações) nas cidades e no campo, através do fortalecimento das defesas civil estadual e municipal;
- Apoiar projetos que visam o reaproveitamento de resíduos industriais, consultoria ambiental, equipamentos para controle ambiental e tratamento do lixo urbano, além de programas voltados para a consolidação do setor econômico de produtos e serviços ambientais, especialmente em seus investimentos em inovação e geração de renda e emprego;
- Apoiar e incentivar programas de coleta seletiva e apoiar as associações de catadores, prevendo ações para utilização da lei geral das micro e pequenas empresas como forma de dinamizar um ambiente de economia solidária;
- Implantar programas de reciclagem de resíduos;
- Ampliar os investimentos em programas de saneamento, implementação e gerenciamento de obras hídricas;
- Desenvolver iniciativas que utilizem as unidades de conservação como alavancas regionais para o ecoturismo e a educação ambiental;
- Apoiar as iniciativas de produção de energias renováveis, projetos que utilizam energia limpa e de eficiência energética;
- Fomentar e exigir ações para melhora de indicadores da qualidade do ar, principalmente na região metropolitana;
- Investir na despoluição das praias, rios e ecossistemas;
- Apoiar a arborização nos centros urbanos.

4.1.5 SANEAMENTO BÁSICO

Situação atual

- No Ranking de competitividade dos Estados, o Pará é o último colocado no tema “esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado”. (<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>)

Propostas

- Revisar o Plano Estadual de Saneamento Básico com projeções mais realistas que considerem o atual contexto e a heterogeneidade dos municípios paraenses;
- Dar suporte aos municípios na elaboração, execução e acompanhamento dos planos municipais de saneamento;
- Criar meios para que o planejamento do setor seja realizado com qualidade (com fiscalização, capacitação e definição de parâmetros);
- Criar um Conselho Estadual de Política de Saneamento sob a presidência da Secretaria de Meio Ambiente, com participação paritária dos setores regulados e da sociedade civil;
- Criar o sistema Estadual de dados e Informações sobre Saneamento no Estado;
- Simplificar o processo de licenciamento ambiental para o setor de água e esgoto;



- Ampliar os recursos para investimento em saneamento.

4.1.6 HABITAÇÃO

Situação atual

- Apesar de ter apenas 4,12% da população Brasileira o Estado possui 10,8% das habitações precárias do País significando mais de 2,2 milhões de pessoas sem moradia digna;
- 1,3 milhões de pessoas não tem casa e coabitam de forma improvisada com parentes e amigos;
- Déficit habitacional do Estado 354.296 mil domicílios;
- No Pará, o déficit habitacional cresceu cerca de 9% de 2016 a 2019 ;
- Não há, atualmente, uma política habitacional Estadual definida apenas iniciativas federais através do programa Casa Verde e Amarela. (Fonte: <https://www.oliberal.com/economia/para-corresponde-a-10-8-das-habitacoes-precarias-do-pais-1.395257>).

Propostas

- Criar o Programa de Habitação do Estado “Minha Casa, Meu Sonho” para combater o enorme déficit habitacional do Estado que é de quase 380 mil unidades;
- Implantar o programa “Minha Casa, Meu Sonho”, em parceria com os governos municipais e federal, para construção e melhorias de unidades habitacionais para a população de baixa renda;
- Construir 40 mil unidades habitacionais de interesse social nos 40 anos de mandato priorizando os municípios com menor IDH;
- Criar o Programa “Minha Casa Melhor” para a recuperação de 80 mil unidades habitacionais em condições precárias, amenizando a situação dessas famílias;
- Apoiar os municípios na elaboração dos planos de gestão de riscos com foco nas necessidades de re colocação por desastres da natureza;
- Desenvolver linhas de ações que reduzam o déficit habitacional, de forma integrada com as demais políticas públicas.

4.1.7 MOBILIDADE URBANA

Situação atual

- Último colocado no ranking de Estados brasileiros no ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis da ONU, cujo uma das metas é até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. (Fonte: Ranking de competitividade e sustentabilidade dos estados 2021).



Propostas

- Realizar estudos para a integração física e tarifária entre todos os modais de transporte (ônibus municipais e metropolitano, BRT e aquaviário);
- Promover o acesso pleno ao sistema (novas formas de pagamento, facilidades na aquisição de créditos e no deslocamento);
- Proporcionar a melhoria dos equipamentos públicos (terminais e abrigos de ônibus, bicicletários e estacionamentos);
- Realizar investimentos em Mobilidade Ativa, estimulando o uso de meios alternativos, como por exemplo o uso de bicicletas (implantação e melhorias de ciclovias, ciclofaixas, passeios, entre outros);
- Criar um sistema de mobilidade atrativo para toda população, possibilitando novas experiências aos usuários do transporte individual, estimulando sua migração para o transporte coletivo;
- Apoiar o planejamento do transporte urbano para otimizar o atendimento das demandas do ponto de vista de tempo, das principais rotas de moradias/destinos e de conforto, com o objetivo de facilitar a substituição crescente do transporte individual pelo coletivo;
- Estimular o uso de veículos ou tecnologias que reduzem as emissões de gases e outros danos ambientais;
- Apoiar as administrações municipais, tendo em vista o planejamento e sinalização do tráfego urbano, bem como a municipalização do trânsito e o desenvolvimento do transporte coletivo e mobilidade ativa;
- Estimular e apoiar a elaboração de planos de mobilidade urbana, melhorando, assim, as condições de mobilidade das cidades e a possibilidade de captação de recursos;
- Priorizar o Transporte Coletivo de Ônibus por meio de faixas e corredores exclusivos;
- Dar continuidade as obras de mobilidade paralisadas em todo Estado.

4.1.8 PROTEÇÃO SOCIAL

Situação atual

- O Estado do Pará é o penúltimo colocado dentre os Estados Brasileiros no ODS 1 - Erradicação da pobreza (Fonte: Ranking de competitividade e sustentabilidade dos estados 2021).

Propostas

- Ampliar a oferta de vagas no programa CNH Social;
- Criar a política de combate à pobreza e extrema pobreza;
- Preparar segmentos (as pessoas) que se encontram em condição de pobreza para inserção no mercado de trabalho e renda;
- Articular as políticas sociais, educacionais e de saúde como estratégia de atendimento das famílias de maior vulnerabilidade social;
- Garantir que programas educacionais e de formação básica profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia de erradicação da pobreza;
- Estimular estágios para estudantes das áreas afins em territórios de alta vulnerabilidade social;



- Mobilizar e atrair o setor empresarial e as organizações não governamentais para participarem do esforço de erradicação da pobreza no Pará;
- Criar o Programa de Atenção Integral à Família;
- Fortalecer a Rede SUAS, contemplando as suas proteções: básica e especial;
- Fortalecer a política de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Criar e manter espaços que estimulem a participação social do Idoso, com estímulos à sua autonomia e independência, buscando formas de, dentro das possibilidades, aumentar sua qualidade de vida, e maior capacidade de realizar suas funções cotidianas e de lazer;
- Estimular em parceria com o Sistema S a criação de novos espaços de convivência para idosos, que incluem grupos de dança e exercício, como Pilates, caminhada e hidroginástica, viagens turísticas, teatros, cursos de idiomas, entre outros;
- Estimular a participação social na terceira idade, valorizando experiências e potencializando escolhas e decisões, fatores fundamentais para envelhecer com qualidade;
- Melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiências por meio da disseminação de informações sobre a garantia de acesso aos serviços existentes em áreas como saúde, trabalho, acessibilidade, educação, direito etc.
- Elaborar ações que possibilitem ampliar as condições de autonomia das mulheres, de forma a favorecer a ruptura com as condições de co-dependência, desigualdade e de subordinação;
- Estruturar os equipamentos sociais, em particular as creches;
- Criar políticas de acesso pelas mulheres aos serviços de todas as ordens (jurídicos, de saúde, educação, etc);
- Instalar, em parceria com o Governo Federal e Municípios, 5 Casas da Mulher paraense no Estado.

4.1.9 DIREITOS HUMANOS

Situação atual

O Pará possui a triste marca de ser o 8º estado com mais pessoas presas sem condenação (Fonte: Ranking de competitividade e sustentabilidade dos estados 2021).

Propostas

- Fortalecer o Conselho Estadual de Direitos Humanos para propor e acompanhar perante os órgãos estaduais e municipais o tratamento das denúncias de atos de violência e discriminação em razão raça, cor, orientação sexual, religião e situação social;
- Implementar ações destinadas a concretizar os direitos, a igualdade e a dignidade das mulheres, da população negra e indígena, da população LGBT, da população em vulnerabilidade em relação ao tráfico de drogas;
- Ampliar o acesso a serviços e políticas públicas para populações vulneráveis;
- Fortalecer a Defensoria Pública como instrumento de defesa pública;
- Criar o Programa “Rede Abraço” para acolhimento digno às famílias e pessoas em situação de rua em razão de dependência química;
- Capacitar os servidores públicos na temática de direitos humanos;



- Implantar atividades integradas por diversas áreas de maior vulnerabilidade, com o propósito de enfrentar a exclusão e violência social de forma abrangente e sistêmica;
- Ampliar o acesso aos serviços de atendimento ao cidadão (documentação, orientação social, jurídica, defesa do consumidor e outros).

4.1.10 CULTURA

Situação atual

- Não Existe no Estado uma formação específica para que e trabalhadores da Cultura possam acessar de forma estruturada os recursos da Lei Aldir Blanc.

Propostas

- Promover e apoiar ações de proteção ao patrimônio histórico e cultural;
- Estimular iniciativas que visem à afirmação da cultura como elemento de identidade da população Paraense;
- Ampliar os mecanismos de fomento à produção artística, em suas diferentes manifestações: música, literatura, artes cênicas, artes plásticas;
- Garantir programas e investimentos destinados à proteção e valorização do folclore como patrimônio cultural;
- Promover e apoiar eventos culturais com o objetivo de difundir e estimular a integração das manifestações culturais das diversas regiões do Estado;
- Promover e apoiar a reestruturação e reforma dos espaços culturais de importância histórica para a cultura Paraense.

4.1.11 TURISMO

Situação atual

- De acordo com estatísticas do Ministério do Turismo, o Pará, apesar de ser o Estado com mais atrativos na Região Norte, está atrás do Acre, Amapá e Amazonas na chegadas de turistas internacionais ao Brasil. (<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>).

Propostas

- Realizar ações para divulgação do Pará como destino turístico;
- Apoiar as iniciativas que promovam o turismo religioso, esportivo, de lazer, agroturismo, ecoturismo, de negócios, dentre outros;
- Estimular a capacitação permanente de mão de obra para a atividade turística e cultural;
- Incrementar a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas, visando gerar novos negócios e rotas turísticas locais;
- Criar parcerias com os municípios para conservação e melhorias em equipamentos turísticos.

4.1.12 ESPORTE

Situação atual

- No relatório Relatório TCE 2022 SOBRE AS CONTAS DO ATUAL GOVERNO, não há registro de investimento em esporte.



Propostas

- Estimular as práticas de esportes para crianças e jovens, especialmente nas escolas públicas, focalizando em cada cidade as modalidades esportivas mais compatíveis com os interesses e oportunidades existentes na localidade;
- Promover eventos e competições esportivas com amplo envolvimento da juventude;
- Apoiar atletas com potencial para atividades esportivas de alto desempenho e seus técnicos em Centros de Treinamento;
- Estimular as práticas desportivas, a criação de escolas e centros esportivos no Estado;
- Construir equipamentos públicos, em parceria com os municípios, para a prática desportiva nas diferentes regiões do Estado;
- Estimular a inclusão de jovens com deficiência nas diversas modalidades esportivas;
- Ampliar os Jogos escolares, inclusive na modalidade paraolímpicos.

4.1.13 LAZER

Situação atual

- No relatório Relatório TCE 2022 SOBRE AS CONTAS DO ATUAL GOVERNO, não há registro de investimento específico na área de lazer da população.

Propostas

- Elaborar projeto para a livre ocupação dos espaços públicos;
- Fomentar o acesso da população aos equipamentos públicos, aproveitando áreas institucionais disponíveis, tais como, as praças, parques, campos de várzea, vias públicas, escolas, dentre outros, para a prática do Lazer;
- Elaborar diagnósticos periódicos dos equipamentos e espaços de Lazer existentes para subsidiar ações de manutenção e preservação constantes, bem como de áreas disponíveis para ampliação da infraestrutura física;
- Promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, segundo critérios de contingente populacional e indicadores sociais, para redução de desigualdades socioespaciais, suprimindo carências, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social no Estado;
- Implantar áreas multifuncionais para esporte e lazer nos municípios, com instalação de equipamentos de diversão infantil nas praças, esportes radicais, Academias ao Ar Livre, reforma e criação de novos equipamentos, manutenção dos parques existentes e incentivo ao uso de áreas naturais para o lazer;
- Garantir estratégias de controle social para promover medidas educativas de conscientização da sociedade civil na preservação e cogestão dos espaços públicos de lazer;
- Promover a acessibilidade aos equipamentos, mediante oferta de rede física adequada, e viabilizar programas de lazer para inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Desenvolver atividades orientadas de atividade e lazer em massa (caminhadas, ginásticas, passeios, etc), visando o envolvimento da população na prática saudável do esporte e lazer, necessários ao equilíbrio psicofisiológico;



- Manter sistema de animação cultural e esportiva, por meio de calendário de eventos e da instalação de novas atividades permanentes;
- Ampliar a atuação das “ruas de lazer” e atividades de recreação, prioritariamente para as populações periféricas e populações rurais.

4.2 PROGRAMA LIBERDADE ECONÔMICA E OPORTUNIDADE PARA TODOS OS PARAENSES

O oitavo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU traz a dimensão do trabalho como fonte de renda e dignidade para todos os indivíduos, aspecto fundamental para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade como um todo.

Os temas e as respectivas propostas deste programa são:

4.2.1 EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Situação atual

- Penúltimo colocado no ranking do pilar Capital Humano que avalia a qualidade do Capital Humano (<https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>).
- De acordo com o Índice de Concorrência dos Municípios – ICM (Março 2022) O Pará junto com Rondônia são os piores Estados para se empreender no Brasil (<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/reg/indice-de-concorrenca-dos-municipios-brasileiros-icm>).

Propostas

- Promover a ampliação das políticas públicas de geração de emprego e renda e das relações do trabalho;
- Fortalecer política de incentivo e qualificação de empreendedores familiares e pequenos negócios;
- Criar projetos de apoio ao desenvolvimento do agronegócio paraense: café, fruticultura, pecuária leiteira, avicultura, olericultura e silvicultura;
- Estruturar programas de assistência técnica e financiamento à expansão dos micros, pequenos e médios negócios: móveis, vestuário, avicultura, pecuária leiteira e laticínios, cafeiculturas, fruticultura, suinocultura, turismo e economia verde, entre outros;
- Incentivar a integração entre os pequenos negócios e os grandes empreendimentos a partir da implantação de um programa para estimular as grandes empresas a adquirirem matérias primas e insumos fornecidos pelas pequenas empresas locais;
- Impulsionar a qualificação dos pequenos negócios e a formação de redes associativas, possibilitando o fornecimento de suprimento às grandes empresas;
- Apoiar o processo de internacionalização das micro e pequenas empresas através da Identificação de mercados de potenciais compradores de produtos e serviços para as micro e pequenas empresas;
- Fomentar a infraestrutura para integração da cadeia produtiva da agroindústria familiar e os centros de demanda por meio dos eixos de desenvolvimento regionais;
- Estimular espaços urbanos públicos destinados à comercialização dos produtos advindos da agroindústria (cooperativa) familiar e de sistemas agroecológicos,



com incentivo à padronização da certificação de garantia de origem e processo produtivo;

- Estimular a criação de espaços destinados à articulação da economia solidária (Secretarias, Conselhos, entre outros) nos municípios;
- Criar uma política de comercialização e centrais de distribuição de produtos da economia solidária e agricultura familiar;
- Desenvolver linhas de crédito, investimento e políticas de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários;
- Apoiar iniciativas de criação de cooperativas de crédito como instrumento de apoio ao desenvolvimento local;
- Ampliar a inclusão da pessoa com deficiência e necessidades especiais no mercado de trabalho;
- Desenvolver ações de Qualificação Profissional voltadas às novas bases tecnológicas;
- Retomar os investimentos em obras de infraestrutura (transportes, energia, telecomunicações, saneamento, entre outros), intensivos em mão-de-obra, usando recursos do orçamento do estado, concessões e parcerias com o setor privado, além de buscar junto à União novos recursos via convênios e contratos de repasse principalmente na Plataforma Mais Brasil;
- Melhorar o ambiente de negócios no Pará para atrair novos investimentos privados por meio de diversas medidas de natureza microeconômicas, sociais e regulatórias como: redução da burocracia, melhoria da infraestrutura física e social, melhoria da qualificação da mão de obra local, maior celeridade na análise de licenças ambientais, maior agilidade na concessão de autorizações de responsabilidade do estado, maior facilidade de acesso ao crédito nos órgãos de fomento do estado, dentre outros;
- Criar linhas de financiamento a custos diferenciados para regiões de menor desenvolvimento, visando a estimular a redução das desigualdades entre as diversas regiões do estado;
- Incentivar projetos e atrair empresas de setores ligados à nova economia, notadamente de setores de alta tecnologia, automação, robótica, biotecnologia, novos materiais, química fina, dentre outros, por meio de desenvolvimento de capacitações de nossos trabalhadores para as novas exigências do mercado, além de investimentos em pesquisa e desenvolvimento;
- Estimular e fortalecer Parcerias Público Privadas;
- Reestruturar e ampliar o programa “Investe Pará”, priorizando projetos sustentáveis e intensivos em geração de emprego e renda.

4.2.2 INOVAÇÃO

Situação atual

- No Pilar “Inovação” do Ranking de competitividade dos Estados, o Pará é um dos 5 estados que menos investem em inovação. (Fonte: ranking de competitividade e sustentabilidade dos estados 2021).

Propostas

- Fortalecer a Inclusão digital na rede estadual, por meio de programas para diferentes realidades do Estado;



- Buscar parcerias com centros de excelência do conhecimento nacionais e internacionais para a troca e o desenvolvimento de novas tecnologias;
- Reorganizar o ambiente de inovação do Pará, a fim de atrair novas empresas para fortalecer as vocações das microrregiões, com o objetivo de gerar emprego e renda;
- Apoiar a implantação de Parques tecnológicos e Centros de Inovação;
- Criar programa de atração de empresas, incluindo as empresas digitais, para agregar uma nova matriz econômica estadual;
- Integrar ações das secretárias com foco na inovação da gestão pública;
- Estimular a formação de Startups tecnológicas.

4.2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Situação atual

Segundo o Ranking de Competitividade dos Estados, o Pará é um dos dois estados com trabalhadores menos qualificados do País (Fonte: ranking de competitividade e sustentabilidade dos estados 2021).

Propostas

- Firmar parceria com o sistema “S”, destinado para alunos do ensino médio, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- Criar o Programa “Eu, Empreendedor” de formação empreendedora e Gestão nas Instituições de Ensino Superior do Estado EGPA e UEPa;
- Incentivar por meio de parcerias o acesso do jovem ao mercado de trabalho;
- Criar o Programa Pará Qualificado, destinado para Jovens e Adultos, que já concluíram o ensino médio e querem aprender uma profissão;
- Ampliar o acesso ao ensino superior e profissional no interior do Estado.

4.2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONALMENTE EQUILIBRADO

Situação atual

- Segundo o Relatório do TCE 2022 sobre as contas do Governo, dos 144 municípios apenas 25 deles representam 72% do total de recursos destinados a investimento no Estado. Destaque para Marabá, Ananindeua, Santarém, São Felix do Xingu, Curionópolis e Viseu que totalizaram mais de 37% dos recursos demonstrando total desequilíbrio na distribuição dos investimentos.

Propostas

- Utilizar todas as ferramentas legais para destravar a economia do Estado transformando-o num ambiente de negócios atrativo e seguro para empreendedores e investidores;
- Envidar todos os esforços necessários para transformar o Estado num ambiente de negócios atraente, confortável e seguro para empreendedores e investidores;
- Trabalhar com afinco o processo de desburocratização e simplificação de concessão de todos os tipos de licenças para todos os tipos de negócios (sejam projetos para a área rural ou urbana);
- Estabelecer parcerias com os municípios para a elaboração e implantação de planos de desenvolvimento municipais, conectados com planejamento regional e estadual, com vistas a fortalecer o desenvolvimento local;



- Estabelecer parcerias com os municípios para a elaboração e implantação de planos de desenvolvimento municipais, conectados com planejamento regional e estadual, com vistas a fortalecer o desenvolvimento local;
- Fomentar a integração do planejamento estadual com os planejamentos regionais e setoriais de forma a promover sinergias entre as diversas cadeias produtivas e distribuir de maneira equilibrada o desenvolvimento sustentável em todo o estado;
- Viabilizar infraestrutura para o atendimento às necessidades sociais das cidades e regiões mais carentes;
- Planejar e articular os investimentos em infraestrutura aproveitando o potencial regional para a dinamização da economia local;
- Criar condições para a melhoria da competitividade empresarial;
- Fomentar as micro e pequenas empresas relacionadas ao artesanato, economia verde, economia solidária, entre outros.

4.2.5 TEMA DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL

Situação atual

- Em 2021 o Pará voltou ao índice de 2012 voltando a ser apenas a décima potência agrícola do Brasil
(<https://www.bloomberglinea.com.br/2021/11/17/quais-sao-os-5-estados-mais-agro-do-brasil/>)

Propostas

- Construir parceria com o Governo Federal objetivando implantar o maior programa de regularização fundiária do Norte do Brasil, zerando todo o passivo de terras sem documentos do Estado, tanto nas áreas de responsabilidade do Estado (ITERPA) quanto do Governo Federal (INCRA);
- Implantar o programa de regularização fundiária “Minha terra meu Futuro”;
- Promover assistência técnica, creditícia e suporte a logística para escoamento da produção e acesso aos mercados;
- Aumentar da segurança jurídica e investimentos privados;
- Reduzir conflitos e ocupação e desmatamento ilegal de terras;
- Aumentar a celeridade e transparência de processos de regularização e licenciamento ambiental;
- Abrir novos mercados para venda da carne produzida no Estado através da Promoção nacional e internacional da divulgação da qualidade do produto paraense relativa a condições fitossanitárias, legais, ambientais e sociais;
- Investir em Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Adequar ofertas de crédito às necessidades dos investidores pecuaristas de modo a fomentar intensificação sustentável da pecuária no Estado;
- Promover instrumentos de incentivos a produtores regulares e criar sistemas de controle, fiscalização e denúncia de atividades ilegais na cadeia da pecuária no Estado;
- Redesenhar política de incentivos fiscais para pecuária no Pará de modo a incentivar o aumento significativo do rebanho;
- Criar e fomentar arranjo produtivo moveleiro no Estado do Pará;



- Atrair ativamente investidores da atividade moveleira no País para o desenvolvimento da indústria no Estado do Pará;
- Oferecer educação profissional na cadeia de madeiras e móveis;
- Induzir e fomentar a restauração florestal por meio da geração de fluxo econômico para o Estado;
- Monetizar créditos de carbono provenientes de floresta no Estado;
- Desenvolver prática de restauração e manejo da Reserva Legal e Área de Preservação Permanente – APP;
- Desenvolver mecanismos eficientes de fomento às pesquisas em áreas estratégicas de Floresta Plantada;
- Atrair empresas e investimentos relacionados à exploração sustentável da biodiversidade;
- Criar e fortalecer uma marca de origem para produtos feitos na região Amazônica;
- Incluir produtos da biodiversidade no programa de compras públicas do Estado;
- Estimular iniciativas de pesquisa para descobrir novos usos potenciais para a biodiversidade do Estado;
- Criar protocolos comunitários junto a comunidades tradicionais para exploração da biodiversidade visando Promover a autonomia, garantia de direitos e renda a comunidades tradicionais;
- Formar e fortalecer organizações sociais para produção;
- Atrair empresas interessadas em investimentos para verticalização da nossa produção de fruticultura, cacau, leite, gado, minério etc. visando agregar valor a nossa matéria prima;
- Fomentar o desenvolvimento do mercado de compras públicas de fontes de agricultura familiar no Estado do Pará, por meio de programas federais já existentes e da criação de novos de incumbência estadual;
- Aumentar produtividade das terras de uso atual da agricultura familiares através do aumento do nível de conhecimento técnico dos produtores;
- Desenvolver “sistema de ensino” focado em produtividade para uso consistente, perene e holístico nas unidades de produção de agricultura familiar do Pará;
- Aumentar o acesso a crédito do heterogêneo grupo de perfis de agricultores familiares, provendo fundos para investimentos em melhoria de produtividade, menos volatilidade de fluxo de caixa para as famílias e melhor gestão de riscos;
- Impulsionar formação, fortalecimento e alcance de organizações sociais produtivas, como associações e cooperativas e bloco comerciais através de capacitação de organizações em gestão, planos de negócio, assistência técnica de desenvolvimento de mercados;
- Aplicar tecnologia para desenvolver o negócio do pequeno produtor;
- Atrair investidores para verticalização de grãos no Estado;
- Fomentar a pesquisa em grãos sob novo modelo de alinhamento e governança com o setor produtivo;
- Fortalecer os elos da cadeia de suprimento, em especial a da produção de calcário, um insumo mineral importante para a correção de solos;
- Direcionar esforços e recursos de forma coordenada para melhorar condições de acesso à área produtora e escoamento da produção;



- Identificar as demandas logísticas da cadeia, priorizá-las e planejá-las para execução;
- Investir em Pesquisa e Desenvolvimento para garantir recursos e condições que propiciem a geração de conhecimento aplicado para avançar o cultivo da palma de óleo no Pará.

4.2.6 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

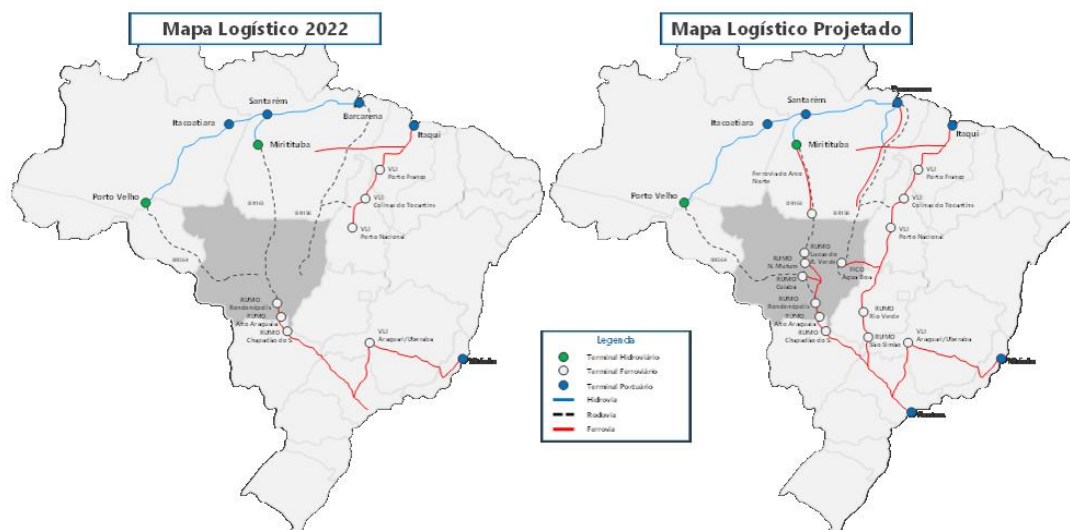
Situação atual

De acordo com o Ranking de competitividade do Estados, o Pará é um dos 3 estados com pior infraestrutura do Brasil. (Fonte: ranking de competitividade e sustentabilidade dos estados 2021).

Propostas

- Viabilizar projetos que fomentem o Polo Logístico do Estado do Pará, com foco na integração logística multimodal e aproveitamento do potencial hidroviário do estado;
- Elaborar projeto com a finalidade de viabilizar ferrovia estadual que conecte a região portuária fluvial de Miritituba ao estado do Mato Grosso, principal eixo de escoamento agrícola do Arco Norte;
- Incentivar investimentos nos portos de Belém, Barcarena e Santarém;
- Fomentar a implantação da hidrovia Tocantins-Araguaia, corredor fluvial que atende ao escoamento da carga do Sudeste Paraense;
- Fomentar a implantação da Ferrovia Paraense, conectando os portos na região de Belém ao sistema ferroviário e criando uma solução logística alternativa e mais acessível, do que a atual via Itaqui para escoamento de cargas do Sudeste Paraense;
- Viabilizar derrocamento do Pedral do Lourenço, de modo a permitir a navegabilidade da hidrovia Tocantins a partir de Marabá;
- Viabilizar pavimentação do acesso rodoviário às estações de transbordo de Santarenzinho e Miritituba no Rio Tapajós a partir da BR-163;
- Duplicar estrada de Paragominas a Barcarena;
- Construir, reformar e adequar aeroportos das principais cidades do Pará;
- Construir de diversos terminais hidroviários mistos no Estado;
- Ampliar o Porto de Santarém/PA;
- Adequar a navegabilidade da Hidrovia do Rio Tapajós;
- Pavimentar a BR-163;
- Construir de terminais ferroviários e hidroviários;
- Construir a Ferrovia Santarém - Cuiabá (PA/MT);
- Viabilizar o novo mapa logístico do Pará.





4.3 PROGRAMA CIDADES E SOLUÇÕES - CAPACIDADE DE GERAR RESULTADOS LOCAIS EM PARCERIA COM PREFEITURAS E COMUNIDADES

A Nova Agenda Urbana da ONU-HABITAT propõe uma visão de cidades para todos, de forma que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir de maneira justa, segura, saudável e sustentável para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos.

Objetivando atender a essa diretriz esse programa visa empenhar esforços no sentido de integrar esta visão, conhecida como “direito à cidade”, em suas legislações, declarações políticas e estatutos.

4.3.1 GESTÃO PARCEIRA, MODERNA E INOVADORA

Situação atual

No pilar “Eficiência da Máquina Pública” o Pará é apenas o 21º do Ranking de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados. (Fonte: ranking de competitividade e sustentabilidade dos estados 2021).

Propostas

- Ampliar a Participação social no Planejamento Estratégico com a realização de Audiências Públicas presenciais e online;
- Aperfeiçoar continuamente a qualidade dos mecanismos de transparência e participação social;
- Criar o Painel de Indicadores Estratégicos do Estado, consolidando a Gestão por Resultados;
- Ampliar o uso de tecnologia para a oferta de serviços públicos, oferecendo vários canais de acesso e participação das pessoas no dia a dia da administração pública;
- Desburocratizar a Administração Pública, avançando na adoção das Tecnologias de Informação, Comunicação (TIC) e Inovação, para tornar mais eficientes os processos administrativos, gerenciamento de obras, compras, recursos



humanos, simplificando e agilizando os processos e procedimentos que dependam da ação estatal;

- Otimizar o custeio da máquina pública (fazer mais com menos);
- Desenvolver Programa de Gestão de Pessoas implementando ações que foquem na valorização do servidor e no seu bem-estar, oferecendo melhores condições de trabalho, investindo na gestão do conhecimento, reestruturando carreiras e ampliando o diálogo;
- Implementar o Laboratório de Gestão Pública e Inovação, para melhorar e qualificar a gestão pública estadual, como espaço institucional de parceria e integração com vistas a dar respostas aos anseios e necessidades da população por um serviço público de melhor qualidade, contribuindo para consolidar o estado como referência em gestão pública;
- Desenvolver mecanismos de compartilhamento do conhecimento e das experiências da gestão com as administrações municipais;
- Fomentar o uso de estratégias de governança, como fóruns, comitês, acordos de parcerias ou conselhos, visando o alinhamento das políticas governamentais com as demandas populares, no plano estadual e nos recortes regionais;
- Estabelecer alianças estratégicas com instituições, entidades e escolas de governo em âmbito estadual, nacional e internacional, para a implementação de ações de formação em nível de pós-graduação *latu e strictu sensu* e de ações de inovação;
- Implementar e fortalecer os pólos municipais de capacitação, ampliando as parcerias com prefeituras e gestores municipais;
- Criar o escritório de projetos do Estado para suporte as secretarias e municípios;
- Colocar o Estado entre os 10 maiores captadores de recursos federais na Plataforma Mais Brasil.

4.3.2 ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Situação atual

- No ranking de transparência em governos estaduais o Pará ficou em 26º dentre os 27 Estados da Federação (<https://www.poder360.com.br/brasil/so-5-estados-sao-classificados-como-otimo-em-transparencia/>).

Propostas

- Propor a criação do Sistema Estadual de Controle Social e Integridade Pública, para desenvolver políticas públicas de combate à corrupção e de promoção do controle social da gestão pública;
- Criar o Conselho de Ética do Estado;
- Criar a obrigação para que pessoas jurídicas que participem de contratações públicas de grande vulto no estado tenham programas de integridade destinados a prevenir a ocorrência de atos de corrupção;
- Adotar o modelo de excelência “Gestão Gov.br” como modelo oficial do Estado incentivando e apoiando os municípios para que também façam a adesão.



4.3.3 RESPONSABILIDADE FISCAL

Situação atual

- Segundo o relatório TCE 2022 sobre as contas do atual governo, o Endividamento do Estado elevará a dívida consolidada líquida de R\$ 2,3 bilhões (2020) para 4,2 bilhões (2021) representando um acréscimo de 179,40% em termos absolutos;
- O Déficit previdenciário R\$ 3,2 bi e atuarial de 11,2 bi (ameaçarão os direitos dos servidores);
- O orçamento Previsto para a seguridade social é de 3,9 bilhões enquanto a despesa é de R\$ 9,4 bi significando que cada vez o Estado precisa injetar mais recursos na seguridade.

Propostas

- Envidar esforços junto ao Congresso Nacional na revisão do pacto federativo, aumentando a parcela do Pará na distribuição dos impostos arrecadados pela união;
- Aprimorar os mecanismos de combate a sonegação e fraude na arrecadação de impostos estaduais;
- Equilibrar as contas através de um trabalho sério junto ao IGEPREV.

